

Curuçá-pa: avanços, dilemas e tensões na gestão pública municipal¹⁹⁷

CURUÇA-PA: ADVANCES, DILEMMAS AND TENSIONS IN MUNICIPAL PUBLIC MANAGEMENT

Received: January 12, 2020

Accepted: March 22, 2020

Written by:

Luís Carlos Freitas Rodrigues¹⁹⁸**Luiz Fernando Machado de Oliveira e Souza¹⁹⁹****Helbert Michel Pampolha de Oliveira²⁰⁰****Ligia Terezinha Lopes Simonian²⁰¹**

Resumo

A partir deste *paper*, discute-se a relação entre participação popular e gestão pública municipal no contexto do município de Curuçá, situado na região do Salgado, no Nordeste do estado do Pará, especialmente no que diz respeito às gestões municipais hodiernas. Metodologicamente, a pesquisa foi orientada por trabalho de campo e pela realização de entrevistas com membros do atual poder executivo local curuçaense, além de revisão bibliográfica de temas ligados à discussão da participação. Fundamentalmente, observou-se que, apesar de o quadro atual de gestores apresentar uma tentativa de organizar o planejamento e a gestão pública municipal, além de buscar a aproximação da população dos processos decisórios, as estratégias mobilizadas não têm sido eficazes para promover uma proximidade qualificada com o cidadão curuçaense. Este fato permite concluir que os condicionantes de processos atuais de gestão ainda estão longe da institucionalização efetiva da participação dos cidadãos curuçaenses no debate sobre as políticas públicas a serem implementadas no referido município.

Palavras-chave: desenvolvimento, participação, gestão pública, Curuçá.

Abstract

This paper discusses the relation between popular participation and city public administration, in the city of Curuçá, located in region of Salgado, at northeast of Para state, especially about nowadays city management. The research methodology was oriented by field work and by interviews with government members of Curuçá city, besides the literature review of the participation discussion theme. Fundamentally, it was observed that even though the actual city managers board shows an attempt to organize the city public planning and management, seeking out the population approach in the decisions process, the strategies taken were not effective to promote a quality approach with the citizen of Curuçá. This fact allows to conclude that the conditioning of actual management processes are still far from the effective institutionalization of participation from the Curuçá citizen in the debate about public policy to be implemented in the city.

Key words: development, participation, public administration, Curuçá.

¹⁹⁷ Paper desenvolvido como requisito à avaliação parcial na disciplina “Fundamentos Teóricos do Desenvolvimento”, ministrada pela Professora Titular da Universidade Federal do Pará – UFPA Ligia T. Lopes Simonian, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – PPGDSTU-NAEA.

¹⁹⁸ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará- UFPA.

¹⁹⁹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará- UFPA.

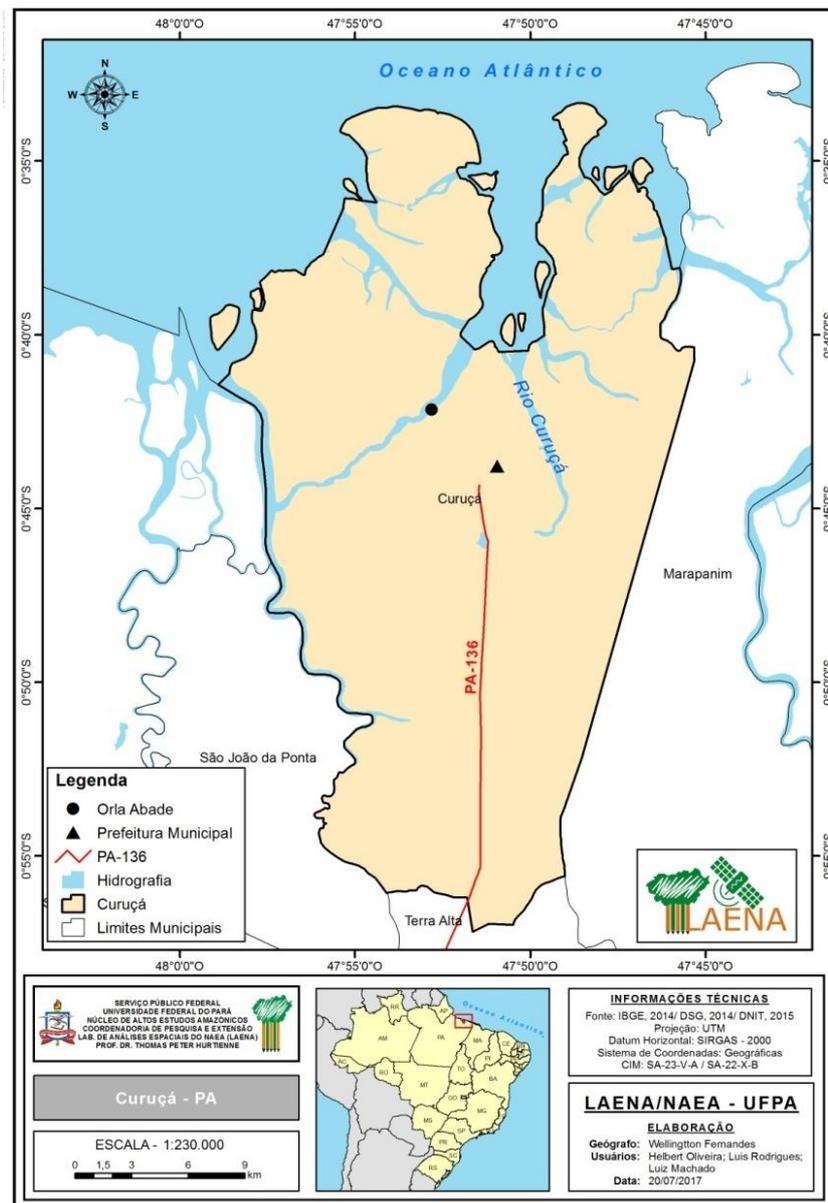
²⁰⁰ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará- UFPA.

²⁰¹ Professora Titular da UFPA.

Introdução

Curuçá é um município brasileiro que está situado na região do Salgado, no Nordeste do estado do Pará (Mapa 1). Sua fundação data do século XVII, por decorrência da Provisão Régia sancionada no ano de 1652, pelo então Rei de Portugal, Dom João IV, quando Curuçá ainda era uma aldeia. O nome “Curuçá” é uma referência

ao objeto símbolo do cristianismo, uma vez que o termo Tupi era usado pelos índios Tupinambás para designar a “Cruz” cristã (Curuçá, 2009). Ferreira (2005) pontua que em 1757 a aldeia é elevada à categoria de vila e só em 1895 que é alçada a condição de cidade.



Mapa 1. Localização do município de Curuçá-PA

De acordo com o IBGE (2010), atualmente, o município apresenta uma extensão territorial de 672,7 km² e possui 34.294 habitantes, com estimativa, para o ano de 2016, de 38.291 munícipes (IBGE, 2016a). Dados do mesmo instituto (IBGE, 2016b) revelam que, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Curuçá é de 0,582, já o Produto Interno Bruto (PIB), em 2014, corresponde a R\$ 5.928,52. Ainda conforme o IBGE (2016b), o município tem 96,1% do seu orçamento proveniente de fontes externas.

O presente *paper* resulta de um *survey*²⁰² realizado no município durante os dias 15, 16 e 17 do mês de junho de 2017. De um modo geral, o intuito foi o de melhor compreender alguns aspectos relativos à gestão pública municipal curuçaense. Conferiu-se, neste caso, certa atenção no que diz respeito aos desafios relacionados à participação da sociedade civil nos processos decisórios de gestão pública, sobretudo hodiernamente.

Nesse sentido, ressalta-se que a questão da participação nos processos de planejamento e gestão municipal é de suma importância para se pensar em elementos ligados ao desenvolvimento (que é verticalmente imposto!). No atual contexto, tal aspecto ganha importância em virtude da tendência dominante que afasta a população dos processos supramencionados. Por esta razão, optou-se, neste trabalho, por analisar o nível de participação da sociedade civil curuçaense nos processos ligados à atuação da gestão pública atual do referido município.

Para tanto, lançou-se mão de alguns procedimentos metodológicos, tais como: a) pesquisa de cunho bibliográfico acerca da questão da participação e do desenvolvimento (por ex.: Batista, 2010), bem como do contexto histórico-geográfico da formação territorial de Curuçá (por ex.: Ferreira, 2005); b) realização de entrevistas com representantes da gestão pública municipal, notadamente com o prefeito, secretários(as) e técnicos ligados a atual gestão; e c) observação participante (Martins, 2008) durante a visita técnica realizada no município, no mês de junho de 2017.

Destaca-se que, na pesquisa de campo, foram realizadas seis entrevistas junto aos gestores públicos locais, recém-empossados após as

eleições municipais de 2016. Os entrevistados foram o prefeito e os(as) secretários(as) de obras, saúde, educação, turismo e pesca. Além destes, entrevistou-se um representante da Academia Curuçaense de Letras, Artes e Ciências (ACLAC) e um historiador. Ainda, foi possível participar e observar de um debate público promovido pela Secretaria de Pesca e outros representantes institucionais junto aos pescadores e moradores da vila do Abade.

Sobre os serviços públicos nos municípios da Amazônia, Wagley (1988) já nos ofertava uma descrição das décadas de 1950 e 1960. Eis as palavras do autor:

Nos municípios o povo acha que esses serviços lhe devem ser fornecidos, não tem a menor idéia de conquista-los através de seus esforços conjugados. Existe geralmente certa animosidade entre os políticos de um município, mas a rivalidade é geralmente motivada por lealdade de família ou pela adesão cega às facções políticas estaduais e não por divergências de opinião quanto a qualquer medida pública (WAGLEY, 1988, p. 264-265).

Em certa medida, a descrição de Wagley (1988) corresponde ao que ainda se vê em muitos municípios do Nordeste Paraense, agora traduzidos com nova roupagem.

Nesse contexto, destaca-se que, além da tentativa de uma reaproximação do setor público local junto à população do município, outro desafio se forma no horizonte das ações da gestão municipal de Curuçá: a aproximação da gestão pública das comunidades tradicionais que formam, em grande parte, a população curuçaense. A série de depoimentos coletados *in loco* pôde fornecer uma base de análise crítica sobre como a prefeitura atual vê, hoje e no futuro, a possibilidade de institucionalização efetiva da participação dos cidadãos locais no debate acerca das políticas públicas a serem implementadas no município em questão.

Desse modo, percebeu-se que, apesar de existir uma gestão inclinada em considerar a participação da população nos processos decisórios, há dificuldades para se estabelecer uma aproximação efetiva com os munícipes. Portanto, na gestão pública de Curuçá, a

²⁰² A incursão no município de Curuçá-PA – durante o período mencionado – foi coordenada pela Profa. Dra. Ligia T. Lopes Simonian (NAEA/UFPA), junto a uma equipe de discentes dos cursos de mestrado e doutorado do Programa

de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do NAEA/UFPA, no contexto da disciplina “Fundamentos Teóricos do Desenvolvimento”.

participação popular permanece como um “gargalo” a ser superado. Neste ponto, precisa-se de mais pesquisas para se estabelecer de modo preciso essas dificuldades.

Participação cidadã: desafios diante de uma elitização neoliberal.

A composição de uma estrutura multifacetária que permeia as ações de políticas públicas, em suas diversas áreas, apresenta-se hoje como um dos desafios da gestão pública municipal. Na maioria dos municípios brasileiros, o modelo atualmente em vigor continua a seguir o padrão tradicional. Nos termos Mendes (2006, p. 144), baseado na “[...] dependência institucional-administrativa [...]”, tal modelo “[...] poderia [ser] atenuada por uma justa compreensão do papel e dos meios de que deveriam dispor as populações e governos locais”.

Em Curuçá, a questão não é diferente. A centralização no poder executivo também é uma realidade desse município paraense. Desse modo, o processo de planejamento, deliberação e execução das políticas públicas locais contam com pouco ou nenhuma participação popular. Lógica esta que é reflexo do processo de descentralização imposto ainda nos anos de 1990, no Brasil, responsável por delegar aos entes municipais a execução de diversas ações públicas, antes a cargo do poder Central.

Porém, tal descentralização se deu de modo ampliado, na direção de responsabilizar os municípios quanto à manutenção de serviços públicos essenciais à qualidade de vida da sociedade. Neste sentido, são exemplares a educação fundamental e a saúde básica. Ainda, destaca-se a perspectiva centralizada quanto à distribuição de recursos orçamentários, tendo em vista que a mesma ainda segue regras que são ditadas pelos órgãos federais de planejamento.

Assim, explica-se, em parte, o modo também centralizada em que as prefeituras paraenses mobilizam sua capacidade técnica e financeira quando da deliberação e execução de políticas públicas (Mendes, 2006). Destarte, conforme Costa (2012), exclui-se a participação da sociedade civil em parte do processo de deliberação e definição de políticas públicas municipais no estado. A saber, em se tratando da atuação do poder público municipal, a cooptação incisiva de instituições representativas da sociedade civil organizada revela a para a inércia e apatia dos movimentos sociais quando se trata de questões relacionadas à

participação nos níveis decisórios de políticas públicas.

O *modus operandi* da implementação de políticas públicas em Curuçá ainda apresenta práticas centralizadoras e excludentes. No modelo de gestão dessas políticas, há muito de presença das elites econômicas e políticas locais. Precisamente, empreendeu-se uma jornada longa que propositalmente orientou-se na consolidação de um processo que cerceou os cidadãos do município de seus direitos à participação, mesmo os constitucionalmente estabelecidos.

A isso, confere-se a elitização e a hereditariedade como modo explícito de organização do poder público, tanto no executivo, como no legislativo, ou mesmo junto às instituições associativistas e sindicais do município, pois, conforme podemos observar para o caso de Curuçá, a partir da pesquisa de Batista (2010, p. 95):

Os pescadores e agricultores de Curuçá não têm sido atendidos satisfatoriamente em suas demandas. Evidencia-se a existência de um descrédito de parte expressiva dos associados quanto à ação efetiva destes órgãos no sentido de implementar projetos que gerem benefícios à população local.

Esta não é uma realidade que se circunscreve apenas à escala local, de Curuçá, ou mesmo estadual ou nacional, pois ela reflete à prática de uma gestão pública que se arvora em declamar seus avanços no sentido de uma descentralização neoliberalizante, em direção a um desenvolvimento que é preconizado notadamente pelas agências de desenvolvimento regionais, nacionais e internacionais, notadamente economicista.

Desse modo e em realidade, o que se tem visto é a continuidade de práticas que perpetuam a desigualdade, principalmente nas cidades latino americanas, como é o caso de Curuçá, já que, conforme preconizam Gudynas e Acosta (2011, p. 7), “[...] los problemas de pobreza y desigualdade em el continente persistían, y los beneficios anunciados por el desarrollo no lograban cambios substantivos en las economías nacionales e locales”. A persistência de tais problemas em muito está relacionada com a imposição de um processo novo de gestão pública, que não trouxe ao local os benefícios anunciados pelo desenvolvimento neoliberal²⁰³.

²⁰³ Todo este processo foi implantado na administração pública brasileira ainda na década iniciada em 1990, com a introdução da Reforma Administrativa.

Em Curuçá, tal processo não se deu forma diferente, pois não foram obtidos meios e incentivos para a implementação de políticas públicas eficazes. O município tornou-se, portanto, refém de um círculo vicioso de perpetuação de grupos políticos alicerçados neste tipo de ordenamento, cuja base fundou-se na organização de meios burocráticos, como as prestações de contas, junto às instâncias de fomento e financiamento de políticas públicas. Assim, propositalmente, afastou-se ainda mais a população das instâncias decisórias.

Ao discutir os conflitos na RESEX Mãe Grande de Curuçá, Batista (2010) reitera a discussão sobre como esse círculo vicioso é presente no referido município. De acordo com essa autora, em Curuçá, até mesmo instâncias que deveriam ser propagadoras dos anseios da população (tais como sindicatos) não escapam das intervenções de perpetuação de interesses por parte de grupos políticos locais. Isto pode ser observado quando a autora pontua o que aconteceu no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Curuçá:

O ex-presidente do STTR é oriundo das fileiras militares, onde ocupava o cargo de sargento da Força Aérea. E, não obstante a família possuir terras em uma localidade do município, aparentemente o fato de a esposa ser funcionária da Previdência Social, com... experiência e conhecimento junto a movimentos sindicais rurais... influenciou a decisão deste de enveredar pelos rumos do sindicalismo rural. Esse ex-presidente passou a compor os quadros da direção do STTR desde 1998, exercendo cargos em diretorias diversas, até ser eleito à presidência no ano de 2006. No último pleito eleitoral realizado em 2008 foi candidato a vice-prefeito (Batista, 2010, p. 95-96).

Percebe-se que esta prática demonstra o uso de um instrumento que deveria ser de reivindicação e controle de políticas públicas para os produtores rurais do município.

Todavia, o que se percebe é uma espécie de alicerces do caminho do clientelismo; também, da manutenção das elites políticas locais e do afastamento daquela população, notadamente dos agricultores de Curuçá; e isso em relação às decisões sobre políticas públicas e demais temas que deveriam envolver aqueles que fazem fileiras no Sindicato.

Ademais, ao estar cercado pela formatação neoliberal apreendida pelas elites locais, o

modelo de participação atual trouxe como consequência a inanição dos cidadãos diante da possibilidade de reivindicação de seus direitos. A estrutura pública municipal no Pará, mais especificamente em Curuçá, organiza-se em torno de artifícios burocratizantes e tecnocráticos, que tornam a participação um mero coeficiente a serviço do preenchimento de formulários ou assinaturas, avalizando o que nunca foi comprovado de fato: a efetiva participação cidadã, o debate público, ou mesmo um princípio básico, como a publicização.

Acionado por uma estratégia global, o local passa a ser um instrumento, um método, que dissipa a possibilidade de grande parte dos atores sociais envolvidos terem voz e vez na construção das políticas públicas municipais. O modelo é questionado, discutido e criticado, porém, permanece como o “padrão” a ser seguido. Nos termos de Ramalho Filho (1999, p. 181), esta letargia é quando:

A potência destruidora do neoliberalismo globalizado manifesta-se gravemente pela alienação dos cidadãos, conduzindo ao pensamento único, à uniformização de valores, atitudes, comportamentos [...].

Perceptível esta alienação quando os cidadãos, entorpecidos por décadas de exclusão, parecem não encontrar caminhos factíveis de participação efetiva e qualificada, bem como ter um olhar crítico para com as políticas públicas de seu município.

As instâncias de controle, como os Tribunais de Contas, só agora, timidamente, passam a qualificar suas auditorias antes quantificadas. E, ainda em menor escala, eles trazem o tema da participação como fator prioritário para a lógica do controle e avaliação das políticas públicas no País. O reflexo dessa situação é que a maioria dos municípios paraenses conseguiram dominar as técnicas de prestação de contas.

Desse modo, mesmo aquelas que necessitam de anuência ou controle de “conselhos de participação” são cooptados pelo poder público local. Por sua vez, este último sabe como aprovar seus pleitos e suas contas. E o fazem sem necessariamente ter ocorrido uma reunião sequer dos conselheiros responsáveis pela aprovação da implementação ou das contas de uma determinada política pública.

Descentralização da gestão pública no Brasil e o papel dos municípios: um breve olhar sobre o estado do Pará.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as reformas constitucionais dos anos 1990, a gestão pública municipal no Brasil teve que se adaptar a uma formatação administrativa. Ao passo em que isso se dava, incidiu sobre os municípios a responsabilidade de um universo significativo de serviços públicos, formatações de controle e fiscalizações, que antes eram de responsabilidade ou da União ou dos estados. Nas três últimas décadas, na maior parte dos municípios do país, esse modelo passou por uma transição complexa, disforme e incompleta.

Conforme assinala Rodrigues (2004), no estado do Pará, a lógica repetiu-se. Em vista disso, os municípios paraenses atravessaram essa fase de maneira abrupta, sem o apoio devido por parte daqueles que implementaram tal processo. Logo, embora tenham imposto aos municípios novas demandas, novas formas de controle e novas exigências legais, o governo federal e o congresso nacional não ofertaram o suporte necessário para o poder municipal.

Com a justificativa de descentralização, típica da Administração Pública Nova (APN), várias das atividades, antes sob a responsabilidade do poder central, agora ficaram sob a tutela municipal. No Pará, essa descentralização teve pouca ou nenhuma participação dos municípios. Isso porque eles simplesmente tiveram que se adaptar a ordem vigente nova para poder continuar a receber os Fundos Federais.

A responsabilidade com áreas como educação, assistência, saúde e saneamento ou foi delegada ao município, ou teve sua abrangência ampliada à responsabilidade legal, quando já existentes sob a chancela dos municípios. Com isso criaram-se alguns impasses. O primeiro diz respeito a um processo de “modernização” na gestão pública verticalizada, amparada por uma representação municipal frágil no congresso nacional e/ou nos ministérios. No Pará, essa representação nunca correspondeu aos anseios dos munícipes e sempre esteve muito longe do debate nacional sobre a descentralização.

Segundo, à imposição de um padrão de gestão pública “profissional” pelos defensores desse processo. Amparado por um arcabouço tecnocrata neoliberal dos anos 1990, esse padrão orientou a administração pública brasileira na direção de um processo impositivo de leis, regras, princípios e métodos. Tais aspectos

seguiram a base “modernizadora” do sistema neoliberal, em que a participação dos estados subnacionais no planejamento e elaboração dessa nova formatação é mínima ou inexistente.

Terceiro, o enraizamento de práticas patrimonialistas, burocráticas e elitistas que sempre assolaram os municípios paraenses quanto à gestão pública. Neste ponto, vale ressaltar que não foi o “novo modelo” que fez essas práticas mudarem. Tem-se ainda que este padrão reflete a dependência institucional-administrativa, comum em quase todos os municípios da Amazônia, que segundo Mendes (2006, p. 144) “[...] poderia ter sido atenuada por uma justa compreensão do papel e dos meios de que deveriam dispor as populações e governos locais [...]”, o que não aconteceu no passado nem no presente dos municípios do Pará.

Com isso, amparado por uma sofisticada rede de comunicação informacional, pela consolidação de leis e demais atributos jurídicos, o padrão de gestão pública atual falhou em vários aspectos. Não conseguiu o tão propagado processo de descentralização alardeado pelos defensores desse mecanismo de gestão. Ademais, não deu conta de representar os municípios quando da organização do modelo atual.

Ainda no que se refere ao tema da descentralização da gestão pública, outra situação desafiadora foi a possibilidade de que essa descentralização seria acompanhada pela reformulação do sistema arrecadatório municipal. Foco de inúmeras discussões na década de 1990, essa ideia possibilitaria parte da independência orçamentária e financeira dos municípios, o que não aconteceu na maioria dos casos. O Pará é exemplo desse insucesso e, nesse estado, a base arrecadatória nem de longe supre as necessidades da população de seus municípios, dependentes eternos de verbas ministeriais.

Os municípios do Pará, na sua maioria ainda dependem, e muito, do poder central. Isso para sustentar suas atividades básicas. De fato, a qualificação do servidor público municipal paraense, ainda muito aquém das necessidades e responsabilidades impostas pela União, não se espalhou tal como deveria.

Ao pensar-se no município de Curuçá, tal situação pode ser constatada na entrevista realizada junto ao prefeito, Jefferson Ferreira de Miranda, o “Tarrafa”, quando o referido representante do poder executivo local afirma que:

[...] o município recebe 16% de tudo que o Brasil arrecada. É o estado e aqui tudo é a ponta né aqui você faz educação, você faz saúde, faz tudo turismo tudo você fica com a maior parte da população e o recurso é menor. O estado fica com 24 e 60% fica lá em Brasília que a gente vê como é que está. Como está sendo direcionada. Essas coisas a gente não entende, porque esse recurso todo fica lá. Se é nos municípios e estados que as coisas acontecem. E é assim essa mal distribuição eu diria e que também por irresponsabilidade de alguns gestores. Esse município era para está muito bonito assim como outros também, não é só o nosso (Tarrafa, 2017, não paginado²⁰⁴).

Nestes termos, percebe-se que Curuçá segue, de uma maneira ou de outra, o que foi descrito anteriormente, isto é: a) a arrecadação própria do município é insuficiente para as demandas locais; b) a prefeitura ainda está verticalmente atrelada a Fundos Federais; c) muitas das práticas de gestão têm fundamentos patrimonialistas ou burocratizantes; e d) a participação da população na gestão pública ainda é um desafio.

Nesse contexto, aponta-se que o nível de participação da população nos processos decisórios das políticas públicas a cargo dos municípios conseguiu se amplificar durante o período da descentralização administrativa no país. No entanto, não atingiu os resultados esperados de efetivo controle dos serviços e recursos públicos municipais. Mesmo experiências inovadoras, como o caso dos Orçamentos Participativos, não conseguiram amplificar e aproximar a população local da gestão pública local.

Em Curuçá, conforme se constata a partir de Oliveira (2017), a questão da inclusão da participação nesses processos decisórios é encarada pela gestão atual como um dever a ser cumprido. Inclusive, verificou-se no estudo de campo um discurso uníssono no sentido de considerá-la na reelaboração de documentos oficiais que conduzem o ordenamento municipal. Há, a respeito, a necessidade de se viabilizar tais mudanças.

²⁰⁴ Conforme entrevista realizada com o prefeito de Curuçá, Jefferson Ferreira de Miranda “Tarrafa”, em 16 de junho de 2017.

²⁰⁵ Nas últimas eleições no município de Curuçá, em 2016, onze partidos disputaram o pleito municipal, a saber: Democratas (DEM), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Verde (PV), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social

O desafio da participação popular na gestão pública municipal de Curuçá-PA.

A estrutura político-partidária que elegeu o atual prefeito de Curuçá segue premissas já bastante conhecidas, como a pulverização de partidos e o fatiamento dos cargos públicos entre os aliados de momento²⁰⁵. Neste contexto, a prefeitura preocupou-se em tentar reestruturar parte do cenário de pauperização da gestão pública municipal. Ainda, a sua principal ação ‘inovadora’ foi a de trazer, para algumas secretarias, pessoas com certa expertise e capacidade técnica. Isso a fim de organizar uma aproximação entre o cidadão curuçense e a gestão, além de organizar financeira e orçamentariamente as contas municipais.

O processo de construção de coalizões durante a campanha é fundamental para definir a agenda de um governo novo. Entretanto, como assinala Capella (2006, p. 34), “[...] promessas feitas à coalizão de apoio, da mesma forma que os programas de governo [...] não asseguram que mudanças sejam promovidas [...]”, ainda que influenciem a agenda governamental. Dessa maneira, a partir das entrevistas coletadas com o prefeito e o secretário de obras de Curuçá, essa situação fica aparente, já que os dois expressam certa preocupação em acomodar todos os partidos da coalizão que os colocou no poder.

Porém, na atual gestão chama a atenção o fato de que alguns secretários pertencerem ao que o prefeito denominou de “perfil técnico”. Portanto, eles não fazem parte da cota partidária. Esse é o caso secretário de obras.

Na entrevista com o referido secretário, sua fala é contundente quando explicita a disposição do prefeito em ter um “quadro técnico” que possa auxiliá-lo na gestão municipal. Por sua vez, o prefeito Tarrafa²⁰⁶ corrobora com essa versão ao confirmar que alguns cargos são ocupados por técnicos com experiência em suas áreas, e que essa iniciativa se dá pela vontade política de “[...] realizar um mandato sem problemas administrativos e outros que podem macular seu nome junto a população da cidade”.

Liberal (PSL), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Republicano Brasileiro (PRB) e Partido Republicano Progressista (PRP). Destaca-se que o prefeito eleito foi Jefferson Ferreira de Miranda, o “Tarrafa”, do DEM.

²⁰⁶ Jefferson Ferreira de Miranda.

*[...] o momento propício para mudanças na agenda”

Neste caso, o prefeito já havia sido presidente da Câmara de Vereadores do Município, e agora experimenta seu primeiro mandato como chefe do executivo local. Estes dois cargos interferem, por vezes de modos antagônicos, diretamente na construção de uma agenda de políticas governamentais. Ou seja, o prefeito quando ainda presidente da câmara, fazia parte do grupo de pressão sobre a gestão de políticas públicas, agora em sua nova função tenta, tal como pontua Capella (2006), conquistar o consenso em torno de suas ideias e práticas.

Normalmente, quando ocorre mudança de gestão, não se pode esquecer que, com nova composição na câmara de vereadores e a nova equipe de governo, é *"[...] the right moment for changes in the agenda*" (Kingdon, 2003. p. 115). Isso é o que exatamente acontece em Curuçá, no início do mandato de 2017, e que fica claro na estratégia popularmente conhecida como "cem dias de governo", hoje comum nos municípios e demais entes federativos.

Nas entrevistas com os secretários, fica claro que todos estão envolvidos com a missão de "renovar" a gestão municipal. Diante disto, todos têm que seguir práticas inovadoras ou tradicionais, desde que direcionem seus esforços para se distanciar dos procedimentos dos gestores anteriores. Segundo os entrevistados, estes últimos deixaram o município em uma situação de penúria. Este modo de atuar no início de um mandato se remete a um *modus operandi* que, de maneira comum nos municípios paraenses, tenta impulsionar na direção do distanciamento da gestão anterior as atividades da gestão que começa suas atividades.

Em Curuçá, alguns sinais sugerem, mesmo que inicialmente, uma perspectiva diferenciada. O Secretário de Obras e o Prefeito municipal estão formando uma equipe interdisciplinar para alterações no Plano Diretor atual do município, que "[...] é uma peça de ficção! Só um cola e copia, apenas para cumprir as exigências do Ministério das Cidades! Ele foi construído sem a devida participação da população da cidade!" (Campos, 2017, não paginado²⁰⁷). Destaca-se que a mudança em Planos Diretores de modo "voluntário", por parte de municípios de pequeno porte com seus Planos já aprovados, é algo incomum, sobretudo em municípios do nordeste paraense.

Outro ponto que chama atenção, quando da pesquisa com os gestores de Curuçá, foi a dificuldade que os mesmos estavam tendo em mobilizar a participação da população nos diversos níveis de gestão de políticas públicas no município. Como exemplo, a partir do relato da secretária municipal de saúde Socorro Ruivo, a prefeitura ainda terá que enfrentar o desafio de reconstruir uma aproximação qualitativa com o cidadão, já que em gestões anteriores o distanciamento da população dos níveis de decisão era elevado.

No caso da saúde, isso se reflete na dificuldade em implementar programas preventivos, posto que a população ficou muito próxima dessas ações, chegando mesmo a exigir do poder público local postos de saúde, hospitais e ambulâncias. E como ainda hoje se vê, são precários no município, além do fato de que, como assinala a Secretária de Saúde:

A população tem uma péssima alimentação, que gera altos índices de doenças previsíveis, como diabetes e colesterol. Se houvesse uma ação preventiva a saúde estaria melhor, e os custos com internações, deslocamentos de doentes para outras cidades, etc., diminuiria bastante (Ruivo, 15 de junho de 2017, não paginado²⁰⁸).

Ou seja, a necessidade do estabelecimento de ações de atenção primária coloca-se como importante conforme Santos et al. (2011, apud Carolino 2012. p. 27), já que tais ações "[...] são orientadas a ampliar o seu conhecimento [quanto as] necessidades de saúde, identificando prioridades no atendimento, favorecendo o vínculo entre profissional e usuário".

Todavia, ações de prevenção nutricional, pré-natal, educação sexual, saúde da família entre outras foram pouco incorporadas pelo município. Isso se reflete no grande número de atendimentos nos postos de saúde e transferência de doentes para grandes centros. Como já dimensionado pelos estudos sobre saúde no país, comparados às ações de prevenção, tais serviços são muito mais onerosos aos cofres públicos dos municípios.

Nesse sentido, pode-se perceber, por meio da fala do prefeito de Curuçá Jefferson Ferreira de Miranda certa preocupação da sua gestão quanto à realização de ações preventivas ligadas à saúde:

²⁰⁷Entrevista realizada com o Secretário de Obras, engenheiro Newton Campos, em 15 de junho de 2017.

²⁰⁸Entrevista realizada com a Secretária de Saúde, Socorro Ruivo, em 15 de junho de 2017.

Porque nós enquanto gestão, queremos trabalhar a prevenção, não quero gastar dinheiro no hospital com remédio, com medicamento. Eu quero prevenir as pessoas para que elas não fiquem doentes para elas não cheguem lá (Tarrafa, 16 de junho de 2017, não paginado²⁰⁹).

Em outros setores pesquisados, como pesca, educação e turismo, por exemplo, essa situação também se repete. Ou seja, a dificuldade de aproximação com a população local no início do mandato, bem como a falta de melhor qualificação por meio dessa participação, configura-se como um dos desafios da gestão municipal atual.

Em reunião mobilizada e organizada pela prefeitura municipal, junto aos representantes do setor da pesca, observou-se uma participação muito tímida dos pescadores. Ocorrida no mês de maio de 2017, a reunião objetivava atrair representantes das colônias de pesca, bem como pescadores que se localizam na área urbana do município e demais atores desse setor econômico importante do município. Mas apesar de ter sido realizada uma divulgação ampla da reunião, a participação foi muito aquém do esperado.

No encontro, o mote inicial foi o de discutir a proposta de ordenamento para a orla do distrito de Abade – *locus* da reunião. Entretanto, pelo que se observou e pelas intervenções e relatos dos participantes, demonstrou-se que a maioria estava mais interessada em reclamações vinculadas a interesses particulares. Precisamente, as demandas distanciaram-se muito das de caráter coletivo.

O Abade é um dos quatro distritos que compõem o município de Curuçá e é reconhecido por ser um notável exportador de pescado, além de possuir características de uma pequena cidade, dadas suas complexas questões sociais em relação a outros distritos do município (Oliveira, 2017). Por este motivo, a prefeitura tem sugerido uma proposta de ordenamento para a sua orla, a fim de melhor organizar a estrutura tanto para as atividades de pesca, como para o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo. Nesse sentido, conforme pontuado por um participante da reunião, que também é morador da área, o ordenamento da referida orla é uma importante necessidade.

Entretanto, conforme já ressaltado, as demandas reclamadas pelas pessoas que estiveram presentes, dentre pescadores e moradores locais, diziam respeito mais a problemas particulares do que coletivos. Isso expressa certa dificuldade em começar a definir algo em relação ao ordenamento (Oliveira, 2017). Somado a isso, destaca-se a ausência de outras secretarias envolvidas na questão, bem como do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), sobretudo por Curuçá se constituir em sua maior parte em área de Reserva Extrativista (RESEX).

Ainda, coloca-se que o processo de participação foi muito incipiente nessa reunião. Apesar de não se poder dimensionar ou verificar de modo mais preciso o motivo desse esvaziamento, alguns sinais ficaram aparentes, tais como o descrédito por parte dessa coletividade quanto às ações da prefeitura – independente do grupo que estiver no comando –; e a falta de representatividade dos gestores que assumiram o setor na gestão municipal. Aliás, por se tratar de uma reunião com os representantes do setor de pesca, aponta-se que, em comparação ao crescimento dessa representatividade por parte dos comerciantes e atravessadores de pescado, nos últimos tempos, a diminuição da representatividade dos pescadores artesanais curuçáenses é preocupante.

Dentre os fatores que podem justificar a participação baixa dos pescadores nas reuniões, Batista (2010) pontua um dos “desencontros” no processo de organização social dos referidos agentes; “desencontro” este que é notadamente interno, mas que tem consequências maiores do ponto de vista da organização coletiva:

No caso da presidente da CP (Colônia de Pesca) Z5, entre os próprios filiados questiona-se a sua condição de representante da categoria, justamente por não ser considerada pescadora, e sim “herdeira” do pai, presidente do órgão por vários anos (Batista, 2010, p. 95).

A esse quadro, apresentado por Batista (2010), pode-se justificar a dificuldade dos pescadores em se organizar e definir elementos que são fundamentais ao desenvolvimento de suas atividades e, conseqüentemente, da sua sobrevivência, no intuito de alcançar um desenvolvimento endógeno, que, para Barquero (2001, p. 41):

²⁰⁹ Idem à nota 7

[...] pode ser visto como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população [...].

Desse modo e de acordo com Barquero (2001), o desenvolvimento somente ocorre em uma sociedade organizada. Esta organização é um dos principais fatores que condicionam os processos de mudança estrutural, que respondem às condições do processo de desenvolvimento. Por sua vez, este não é sinônimo de crescimento, mas significa, conforme vaticinam Sarreta e Crescente (2004), o resultado da utilização melhor possível, em termos de bem-estar social junto ao conjunto de população deste país, ou região.

Além da tentativa de uma reaproximação do setor público local junto à população do município, outro desafio emerge no horizonte das ações da gestão municipal de Curuçá: a aproximação da gestão pública das populações tradicionais que formam, em parte significativa, a população do município. De todo modo, percebe-se que há muito trabalho a ser efetivado nos sentidos da organização e da participação social.

As populações tradicionais em face da gestão pública do município de Curuçá.

O modelo de gestão pública em Curuçá, além dos desafios típicos de uma ação em um pequeno município da Amazônia brasileira, exemplificados anteriormente, deve ter como uma de suas premissas a compreensão do que é o desenvolvimento para as populações tradicionais daquela região. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento, que tem como origem as instâncias de fomento e planejamento de políticas públicas através da União, e que representam substancialmente os mais amplos e com mais recursos, pouco ou não se adequa à realidade das populações tradicionais amazônicas e quiçá daquelas existentes no Nordeste do Pará.

A criação de políticas públicas “universais” nem sempre trazem o recorte necessário para o seu melhor desempenho, ou mesmo sua implementação junto às comunidades locais dessa região. A base dessas políticas ainda está sedimentada na formatação tradicional de desenvolvimento econômico. Nessa direção, conforme Simonian et al. (2012, p. 10) chama a atenção, “[...] a perspectiva [a ser adotada] é a de um distanciamento quanto à concepção de

crescimento econômico como sendo seu cerne ou elemento central do desenvolvimento”.

Esse distanciamento de um padrão “tradicional” de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico concentrador, há de ser alvo das concepções de gestão de políticas públicas em Curuçá. E mais, essa concepção predominantemente com vínculos na modernidade, com base economicista e eurocentrista tem pouco ou nenhum espaço para a cultura e a economia tradicional (Simonian et al., 2012), inclusive, no Brasil. Aliás, essa é uma realidade também persistente nos demais países periféricos e, nestes, em suas regiões periféricas, aparece muito claramente nas ações de políticas públicas originadas dos poderes centrais.

Amaral (2010) também destaca a necessidade desse distanciamento e pontua como os sucessivos governos em Curuçá desacreditam na possibilidade da população local, no caso da RESEX Mãe Grande de Curuçá, debater, opinar e decidir sobre as políticas públicas que irão incidir sobre as comunidades ali alocadas. No seu trabalho, sobre turismo sustentável, ela afirma:

As hipóteses do projeto inicial eram de que a comunidade não compreende a importância de sua participação na gestão da RESEX; a população local não participa com assiduidade e efetividade das reuniões do Conselho Gestor; e o turismo não é percebido como uma alternativa para a Reserva de Curuçá. Em resposta às hipóteses, constatou-se que a comunidade, além de participar de forma efetiva das reuniões do Conselho, reconhece o seu valor nessas reuniões, fazendo-se presentes a fim de contribuir para os processos de planejamento da UC em questão, com voz ativa (Amaral, 2010, p. 72).

Em Curuçá, a partir da entrevista com os membros da Secretaria de Turismo, tal problemática torna-se ainda mais evidente, isso porque a secretária e os técnicos ainda não conseguem traduzir em ações, ou políticas públicas efetivas, as diversas manifestações culturais tradicionais existentes no município como um todo.

Não existe mapeamento dessas manifestações que possam orientar políticas públicas locais que incentivem, viabilizem, e em alguns casos crônicos, impeçam a extinção de algumas dessas manifestações. Note-se que um dos técnicos da secretaria de turismo – o Henrique Campos – relatou na sua entrevista que:

A prefeitura ainda não consegue elencar tecnicamente as manifestações culturais tradicionais do município. O que se tem ainda segue um padrão que se remete a um modelo “estandarizado”, como o carnaval, que apesar de ser um “traço” cultural forte na cidade, segundo seus idealizadores, não faz parte da cultura tradicional curuçaense, pois sua ocorrência é cercada de questões polêmicas, como a de um “carnaval sustentável”, sem sê-lo (Campos, 2017, não paginado²¹⁰).

É bom ressaltar que, assim como outros municípios da região, Curuçá tem uma forte imbricação entre sua zona urbana e a sua zona rural, sendo que nesta última se localiza uma área grande que pertence a RESEX de Mãe Grande, criada em 2002, além das demais localidades, que não estão nessa Reserva.

O certo é que o município como um todo tem influência, seja cultural, seja econômica, das suas respectivas zonas rurais. Assim, os gestores públicos precisam ter em mente esse cenário, que se apresenta a todo momento quando do planejamento e/ou implementação de políticas públicas. Aliás, quando de suas pesquisas na ilha de Pacamorema, na RESEX de Mãe Grande, Simonian et al. (2012) aponta que a presença do poder público local é apenas residual nesta região. Ao corroborar-se com essa afirmação, pode-se dizer, após as entrevistas e relatos em Curuçá, que essa residualidade não é apenas uma situação de Pacamorema, tendo em vista que a mesma se repete em várias outras localidades na zona rural, em maior ou menor escala.

O poder público municipal não oferece, por exemplo, condições efetivas e contínuas de participação dessas populações na gestão das políticas públicas que serão implementadas em seu próprio território. Prova disso é o desconhecimento que agentes da Secretaria de Turismo demonstraram ter quando indagados sobre a comunidade de Caratateua, situada na fronteira com o município de Marapanim. Na ocasião, a secretária e os técnicos de turismo ficaram surpresos com o fato de a referida localidade fazer parte do município de Curuçá e não de Marapanim.

Destaca-se, inclusive, que a localidade se tornou um atrativo para a pesca esportiva, além de já contar com uma comunidade de pescadores há várias décadas; elemento este que melhor poderia

ser aproveitado em prol do turismo em Curuçá, gerando recursos e empregos à população local. Desse modo, nota-se uma série de descasos das gestões de Curuçá no trato de questões importantes para o município. Descaso refletido desde a falta de capacidade técnica em traçar diálogos e implementar políticas culturais em comunidades localizadas na zona rural, por exemplo, até o descaso na identificação de elementos e partes de seu território, como na situação destaca acima.

O quadro que fora identificado acerca de questões relacionadas ao turismo no município de Curuçá destoa um pouco do que afirma o prefeito Jefferson Ferreira de Miranda “Tarrafa”, em sua entrevista, ao afirmar que:

O ponto chave para a economia crescer do nosso município é o turismo, e quando falo de turismo ele tem que ser profissional, o turismo não pode ser amador e é igual na política hoje em dia você não pode ser mais amador. Eu posso fazer um grande evento em Curuçá, divulgar esse evento para muita gente e colocar todos nossos artesões, nossas culinárias que nós temos aqui de produtos para vender, legal. E onde esse povo todo vai ficar? Essa é minha preocupação (Tarrafa, 2017, não paginado²¹¹).

Conforme se pode perceber, a aproximação com as comunidades tradicionais é um desafio à gestão municipal de Curuçá. Isso porque, a levar-se em conta a ilha de Pacamorema, analisada no estudo de Simonian et al. (2012), uma gama de atividades da cultura tradicional de sua população, como dança, música, artesanato, culinária, ainda necessitam de maior e melhor aproximação por parte do poder público municipal, isso levando em conta a proximidade dessa ilha com a área urbana do município, cerca de 30km, via rodovia PA-314.

Essa distância entre as ações de políticas públicas e as populações tradicionais de Curuçá evidenciam a precariedade que reiteradas gestões deram a estas questões. Por sua vez, as autoridades municipais passadas concentraram suas ações na área urbana/central do município, onde vive a parte maior da população. A criação de ações que possam incentivar a participação das populações locais, junto à gestão pública, são primordiais para um melhor enquadramento da gestão às necessidades da população local; um

²¹⁰ Entrevista realizada com o técnico da Secretaria de Turismo, Henrique Campos, em 16 de junho de 2017.

²¹¹ Idem à nota 7.

desafio que precede as ações propriamente ditas de políticas públicas.

Desse modo, o governo atual não conseguiu mobilizar a população para que os mesmos possam expressar suas demandas e reivindicações, junto aos seus fóruns apropriados. Não foi apresentado nenhum plano que viabilizasse a participação qualificada desses cidadãos curuçaenses. O que ocorreu foi que se falou em visitas do prefeito e/ou de sua equipe nos distritos municipais, o que parece pouco diante do histórico distanciamento do planejamento da administração pública local em relação a esses atores.

Nesse sentido, Matus (1996 apud Fernandes, 2012, p. 48) pontuam, a propósito da participação de diversos atores nas etapas de planejamento, que:

Vários atores participam do planejamento, de modo que a realidade é explicada de várias maneiras, conforme as circunstâncias e experiências de vida dos diferentes atores sociais (situacional); ou seja, não existe uma verdade única, objetiva (diagnóstico), cada ator tem um posto de observação que lhe permite ver algumas coisas, mas lhe oculta outras.

Em Curuçá, o que se viu, mesmo em um processo inicial, foi a pouca iniciativa em se aproximar da premissa destacada por Matus (1996 apud Fernandes, 2012), qual seja, a de se aproximar da realidade local de modo mais amplo e técnico.

O planejamento na gestão pública necessita dessa combinação: máxima amplitude e capacidade técnica. Os cenários apresentados na pesquisa em Curuçá demonstram que esse binômio ainda é um desafio para os novos gestores. Os gestores do município têm o desafio de sempre maximizar os benefícios dos diversos atores e grupos sociais no período total do governo e minimizar os custos políticos desses benefícios.

No caso da gestão atual de Curuçá, esses custos são enormes devido a composição de onze partidos que a elegeu. Viabilizar um planejamento das políticas públicas e ainda colher dividendos políticos oriundas dos efeitos dessas ações é um desafio gigantesco aos gestores atuais. O planejamento nestas condições tende a sucumbir diante de situações inequívocas, como a distribuição de cargos para os aliados, muitas vezes sem capacidade técnica instalada como se percebeu quando da entrevista junto a Secretária de Turismo do município.

Soma-se a isso a perspectiva de incentivar e viabilizar a participação da população, em muito afastada dos níveis decisórios e da gestão pública propriamente dita, pois, conforme ressalta Simonian et al. (2012, p. 119), a respeito da atuação da administração municipal de Curuçá em Pacamorema, “[...] elas são apenas residuais”. Isso se confirma se cotejado com a entrevista realizada com a Secretária de Turismo e técnicos dessa secretaria, os quais revelaram ainda não existir uma aproximação qualificada junto às populações tradicionais locais, de modo a iniciar um levantamento sobre as tradições e cultura locais nas comunidades pertencentes à cidade e ao município de Curuçá.

Todavia, há de ressaltar-se que a preocupação existia, porém, sem a perspectiva de uma ação que integrasse os atores principais, as populações tradicionais e os demais munícipes com práticas culturais, junto a uma ação integrada de cultura e turismo (Simonian et al., 2012). O modelo que foi apresentado no dia da visita técnica foi o mesmo que vem se perpetuando no município, a espetacularização, pouco ligada à cultura tradicional. Conforme o que se absorveu ao longo da visita, essa espetacularização tem como eixo principal a atração de turistas para o município, mesmo que isso signifique um distanciamento das práticas culturais e ancestrais das comunidades que formam Curuçá.

O exemplo da Secretaria de Turismo pode significar que o desafio de criar políticas públicas inclusivas, que reflitam a necessidade e a vontade da população. Isso pode ser feito com debates, discussões e processos mobilizadores efetivos, caso contrário não se tem como avançar diante de um pensamento contrário. E desse modo, não tem como enfrentar o problema da viabilização das ações políticas de modo técnico e participativo no sentido de provocar uma mudança concreta no mundo real dos cidadãos de Curuçá.

Essa perspectiva não é premissa e nem um plano daquela unidade gestora municipal. De fato, a mesma tende a continuar com as práticas patrimonialistas antigas e burocráticas (Fernandes, 2012), que são comuns na gestão pública municipal brasileira. De todo modo e como ainda há tempo, seria importante avançar quanto aos ideais e às práticas participativas das populações tradicionais e da sociedade curuçaense em geral, o que com algum esforço de parte da gestão municipal é plenamente factível.

Conclusões

Ao levar-se em conta que Curuçá tem como fonte de renda pública principal os repasses federativos, com uma arrecadação própria muito pequena e um sistema de controle orçamentário irrisório, é previsível que o poder público municipal nas últimas décadas tenha realizado, no escopo da participação na implementação de políticas públicas, aquilo que outros municípios paraenses também o fizeram, ou seja, quase nada.

Na construção de uma sociedade desigual, como a de Curuçá, a expectativa de participação cidadã é praticamente nula. Afloram interesses pessoais, partidários e econômicos, que germinam viçosos em um campo árido de contra argumentações, debates, discussões, diante do poder nas mãos da elite dos mandatários locais. Estes sempre sabem a hora certa, o instante preciso de trazer a seu favor ou de seu grupo as benesses advindas da aplicação de políticas públicas, conforme relata Socorro Ruivo, Secretária Municipal de Saúde, quando em sua fala analisa a formação de governos nos municípios do Pará:

“[...] é a empolgação, o status, o glamour que a maioria das pessoas ou a indicação política. Ah! eu trabalhei pra ti tu és prefeito tens que me dar um cargo. Normalmente funciona assim no Pará, principalmente nos municípios menores” (Ruivo, 2017, não paginado ²¹²)

A equipe atual de governo, por sua vez, apresentou alguns momentos de preocupação com essa necessidade em suas falas, tanto na entrevista com o prefeito e com os secretários de Saúde e de Obras, como com a Secretária e Técnicos da Secretaria de Turismo.

Nesse sentido, rever práticas clientelistas, eleitoreiras, demagógicas e, em muitos casos, falsas, há de estar entre os elementos prioritários quando da retomada de ações que viabilizem a participação do cidadão curuçense nos processos decisórios. Uma prévia do que se terá pela frente foi a reunião com os membros do setor da pesca, esvaziada, e com poucos atores representativos desse setor.

O que se apresenta é uma tentativa de organizar o planejamento e a gestão pública municipal em Curuçá, levando em conta um processo tradicional quando da substituição de um governo por outro. Ações “impactantes”,

“correção de rotas”, “colocar o funcionalismo para trabalhar” etc. Estas são condicionantes a serem superadas, até porque nem sempre são executadas, embora sejam bastante repetidas, quando dos primeiros meses de uma equipe nova de governo.

Outro aspecto que se deve ressaltar é que a formação de um novo governo requer habilidade dos gestores para ações de planejamento e prevenção em muitos setores da administração municipal, e em vários momentos essas ações são integradas com a participação de várias secretarias e/ou órgãos. Isso fica claro com o exemplo citado na fala da Secretária de Saúde:

Se houvesse uma ação preventiva a saúde estaria melhor, e os custos com internações, deslocamentos de doentes para outras cidades, etc., diminuiria bastante (Ruivo, 2017, não paginado²¹³).

Ao considerar-se o que a pesquisa levantou no município, os condicionantes de um processo pouco atraente para a população local ainda continuam.

A gestão não consegue uma aproximação com os munícipes, que convençam à participação efetiva. O núcleo estratégico entrevistado ainda não conseguiu, até aquele momento, organizar propostas eficazes de aproximação qualificada com o cidadão de Curuçá. O modelo de centralização dá sinais de perenidade, e pode-se afirmar que mesmo diante de um discurso de mudança desse padrão de gestão pública.

Referências

- Amaral, V. S. do. (2010). *Gestão participativa e turismo na RESEX Mãe Grande de Curuçá: múltiplas percepções*. 76 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Barquero, A. V. (2001). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE/UFRGS.
- Batista, I. M. da S. (2010). *Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá*. 199 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

²¹² Idem à nota 10

²¹³ Idem à nota 10.

- Capella, A. C. N. (1996). Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n. 41.
- Carolino, U. M. de S. (2012). *Saúde do homem: dificuldade de adesão aos cuidados primários em saúde*. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Fundação Educacional do Município de Assis, Assis.
- Costa, F. de A. (2012). *Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade*. Belém: NAEA/UFPA.
- Curuçá, Prefeitura Municipal de. (2009). *Sobre a cidade*. Disponível em: <<http://www.curuca.pa.gov.br/sobre-a-cidade/>>. Acesso em: 24 set 2017.
- Fernandes, R. P. (2012). *Planejamento e gestão: o uso da avaliação na gestão pública estadual no âmbito dos planos plurianuais 2004-2007 e 2008-2011*. 340 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Ferreira, P. H. dos S. (2005). *Fragmentos históricos de Curuçá*. Castanhal: GrafSet.
- GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. (2011). A renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Revista Internacional de Filosofía Ibero-Americana y Teoría Social*, Maracaibo, Año 16, n. 53, p. 71-83, abr./jun. Disponível em: <<https://ciudades.ibge.gov.br/v4/brasil/pa/curuca/p/anorama>>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. *Censo demográfico 2010*. Características da População e dos Municípios. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2017.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2016a). *Cidades: Curuçá*. Disponível em: <<https://ciudades.ibge.gov.br/brasil/pa/curuca/pa/norama>>. Acesso em: 16 set 2017.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2016b). *Curuçá*. Produto interno bruto dos municípios. Disponível em: <<https://ciudades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150290&idtema=134&search=para%7Ccuruca%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2012>>. Acesso em: 16 set 2017.
- Kingdon, J. (2003). *Agendas, alternatives and public policies*. 3ed. Nova York. Haper Collins.
- Martins, G. (2008). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas Escolar, 101 p.
- Mendes, A. D. (2006). *A invenção da Amazônia: alinhavos para uma história de futuro*. 3. ed. Belém: BASA.
- Oliveira, Helbert Michel Pampolha de. (2017). *Anotações pessoais acerca do debate público no Abade*. Curuçá. Não paginado.
- Ramalho Filho, R. (1999). Patrimônio Cultural e Natural: Dimensão da Sustentabilidade. In: Bastos Filho, J.; Barreto, J.; Amorim, N. F. M. de; Lages, V. N. (Org.). *Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade cultural em questão*. PRODEMA/UFAL. Maceió/Alagoas, p. 179-193.
- Rodrigues, L. C. F. 2004. Conselhos municipais: descentralização e participação social na gestão. In: Neto, J. G.; Silva, J. G. C. da; Costa, M. das G. de F.; Amaral, M. D. B. (Org.). *Políticas públicas e gestão local: programa de capacitação em políticas públicas de desenvolvimento urbano sustentável e gestão democrática*. Belém: COMOVA/FASE-UFPA, p. 25-34.
- Sarreta, C. R. L.; Crescente, L. O. (2004). Desenvolvimento endógeno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM RESÍDUOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, IX, Florianópolis, *Anais...* Florianópolis: ICTR, p. 175-198.
- Simonian, L. T. L.; Batista, I. M. da S.; Alberto, D. P. S.; Baptista, E. R. (2012). *Pacamorema/Resex Mãe Grande: terra de feiteiras ou metáfora para impasses ao desenvolvimento?* Belém: NAEA/UFPA. [Fotografias, mapas].
- Wagley, C. (1988). *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; Editora Universidade de São Paulo.